

REFLEXÕES SOBRE PESQUISA HISTÓRICO-FILOSÓFICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

REFLECTIONS ON HISTORICAL-PHILOSOPHICAL RESEARCH IN THE FIELD OF EDUCATION

Made Júnior Miranda
(Universidade Estadual de Goiás)

Simone de Magalhães Vieira Barcelos
(Universidade Estadual de Goiás)

Guilherme Batista Vieira Manso
(Universidade Estadual de Goiás)

Resumo: Este texto põe em questão elementos fundamentais da pesquisa ancorada na reflexão histórico-filosófica. O estudo tem como referência autores como Ulhôa (1997), Chauí (2000), Armijos Palácios (2004), Calvino (1993) entre outros. A reflexão histórico-filosófica baseia-se, de antemão, numa atitude de negação, isto é, de questionamento sobre determinado objeto. Chauí (2000) mostra que a marca da iniciativa filosófica pode ser dividida em dois momentos, sendo o primeiro negativo e o segundo positivo, é preciso assumir o que as coisas são e colocá-las sob tensão. A investigação é orientada por um exercício de leitura que visa apreender o contexto histórico e geográfico do texto e do autor, para concebê-los como interlocutores, com quem se pode argumentar, estabelecer uma discussão de modo a pensar com o autor. As considerações apresentadas buscam pensar uma possibilidade pela qual seja possível vislumbrar a investigação histórico-filosófica como um caminho fecundo para a pesquisa na área da educação. Trata-se de uma abordagem que busca apreender a especificidade do objeto em questão, não tomando a tradição como algo imutável, mas como algo em movimento. Destaca-se como aspecto fundante da presente investigação, a emergência de ler os clássicos e assumir uma atitude crítica na contramão do utilitarismo tão em voga hoje.

Palavras-chave: Filosofia. Reflexão. Metodologia. Educação.

Abstract: This text questions fundamental elements of research anchored in historical-philosophical reflection. The study references authors such as Ulhôa (1997), Chauí (2000), Armijos Palácios (2004), Calvino (1993) among others. Historical-Philosophical reflection is based, beforehand, on an attitude of negation, that is, on questioning a certain object. Chauí (2000) shows that the hallmark of philosophical initiative can be divided into two moments, the first being negative and the second positive, and it is necessary to assume what things are and put them under tension. The investigation is guided by a reading exercise that aims to understand the historical and geographical context of the text and the author, to conceive them as interlocutors, with whom one can argue, establishing a discussion in order to think with the author. The considerations presented seek to think of a possibility by which it is possible to envision historical-philosophical investigation as fruitful path for research in the field of education. It is an approach that seeks to understand the specificity of the object in question, not taking tradition as something immutable, but as something in motion. It highlights, as a founding aspect of this investigation, the urgency to read the classics and adopt a critical attitude against the utilitarianism so prevalent today.

Keywords: Philosophy. Reflection. Methodology. Education.

Introdução

Objetivamos neste texto, num primeiro momento, a descrição de algumas premissas que julgamos serem basilares para se refletir sobre a pesquisa histórico-filosófica. Partimos das obras, *reflexões sobre a leitura em filosofia*, de Joel Pimentel de Ulhôa e *Convite a filosofia* de Marilena Chauí, como fios condutores para se questionar e propor uma metodologia de pesquisa com caráter de reflexão filosófica. Iniciamos a discussão por meio de uma reflexão expositiva sobre os principais aspectos nos quais concernem a atitude filosófica e crítica.

Reconhecemos com Chauí (2000) que a atitude negativa – a negação –, é o primeiro traço do pensamento filosófico. Negar não significa invalidar, mas sim, pôr em crise certezas relativamente estáveis, sejam elas firmadas no senso comum ou no conhecimento científico. O objetivo, não é a negação do conhecimento científico, mas questionar com vistas a superar aquilo que até então já se tem produzido e se apresenta como algo fixo, com a pretensão de que o saber se alargue cada vez mais e se abra, também, ao reconhecimento do humano, ao olhar crítico e sensível tão fundamental na produção de conhecimento e na confirmação da humanização do homem.

Salientamos a importância que a leitura rigorosa exerce no movimento da reflexão crítica, sendo uma dimensão singular que engloba uma série de aspectos que devem ser levados em consideração, como, por exemplo, o fato de ser preciso, como afirma Ulhôa (1997), que partamos do presente para se penetrar no sentido do texto, pois este sentido não é dado, mas é antes, interpretação e compreensão do texto. É preciso fazer do autor e do texto, como afirma Armijos Palácios (2004), um interlocutor com quem se estabelece um diálogo, é preciso pensar com o autor.

Nessa perspectiva, a leitura é compreendida como um movimento gradual, e não apenas um processo de decodificação mecânica. No exercício da leitura, aos poucos é possível edificar uma interpretação dos fatos narrados no texto, as particularidades conceituais e seu teor filosófico. Essa mesma leitura irá suscitar questionamentos, como, por exemplo, quais são os textos em que se ancora, ou pelo menos deveríamos partir para iniciar o exercício de reflexão? Ulhôa (1997) mostra que essa tarefa consiste em eleger alguém consagrado pela tradição – um clássico –, aqueles textos que não cessam de suscitar nossa curiosidade, que discutem temas como nenhum outro texto ou autor discute. O clássico não é o velho, pelo contrário, é aquilo que permanece vivo, pulsando

ao longo do tempo e provocando a inquietação e despertando uma certa vontade de adentrar cada vez mais em seu sentido.

Deste modo, a investigação histórico-filosófica, toma como ponto de ancoragem, discussões clássicas e busca nelas apreender o cerne da discussão, é um trabalho de argumentação que decorre de uma compreensão minuciosa do texto, com vistas a apreender o contexto histórico no qual ele foi escrito. É exercício de imersão, objetivando compreender os nexos e as contradições que engendraram a filosofia que se fez presente. A investigação histórico-filosófica está orientada na premissa básica de pôr em discussão as ideias centrais de um texto e submetê-las ao exame teórico-conceitual, quer dizer, à reflexão filosófica.

No segundo momento, discorreremos sobre os obstáculos e barreiras que constituem a realização da reflexão filosófica no campo da educação. Reconhecemos que os obstáculos elencados partem desde a complexidade que guarda a reflexão filosófica, bem como barreiras do *academicismo* contemporâneo, que pode ser descrito como reflexo de uma sociedade que prioriza pelo utilitarismo, pela eficácia, e normatividade excessiva. Não tivemos a intenção de propor solução ou resposta ao tema em questão, pois reconhece-se a impossibilidade dessa tarefa nas questões constitutivas do campo da pesquisa em educação. Antes, buscamos pôr em questão uma metodologia que reconheça os elementos filosóficos, como elementos basilares da pesquisa em educação.

A importância dos clássicos na investigação histórico-filosófica

Ao discutir o que seria a reflexão histórico-filosófica como metodologia de pesquisa na área da educação, uma inquietação nos provoca uma indagação; mas afinal, o que seria uma reflexão filosófica? É com base nesta questão, que norteamos a escrita deste texto. Procuramos subsídios elementares na obra: *reflexões sobre a leitura em filosofia* de Joel Pimentel de Ulhôa (1997) e em autores como Chauí (2000), Armijos Palácios (2004), Calvino (1993), dentre outros para realizar o presente estudo. Assim, a premissa fundante da escrita deste texto é propor a discussão acerca da reflexão histórico-filosófica como metodologia de pesquisa na área da educação. Essa discussão se realiza num contexto em que, como afirma Fernandes (2020), a busca pela eficiência e eficácia gravita em torno do objetivo maior de atender ao utilitarismo e a superficialidade constitutivos da sociedade capitalista. Nesse sentido, pôr em questão a pesquisa em educação na perspectiva da reflexão filosófica nos parece fundamental.

Chauí (2000), ao responder o que é a filosofia, mostra que a mesma consiste na “decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido” (*Ibidem*, p.9). O pensamento filosófico não é criação de uma mente individual, pelo contrário, é expressão sistemática e coletiva de ideias, com vistas a propor indagações. Nessa perspectiva, Ulhôa (1997) ao citar Gramsci, mostra que o pensamento filosófico, ou a filosofia, é de fato a culminância de uma gama de aspectos coletivos, de interações concretas situadas historicamente. Deste modo, também

o texto filosófico é expressão verbal, sistematicamente coerente, das ideias com que os homens, nas relações sociais do contexto do autor, concebem a realidade concreta da prática da vida social, fornecendo assim o texto, o quadro dessa realidade. O filósofo não inventa a realidade, nem tampouco a imagina, pois reflete sobre ela; organiza, no seu nível mais profundo, num discurso determinado, as linhas diretrizes, espacial e temporalmente limitadas [...] (Ulhôa, 1997, p.17).

Isto, demarca, em certa medida, os limites que uma reflexão filosófica pode alcançar, não sendo um lastro definitivo ou metodologia única para a área da educação. Ela apresenta certas limitações que estão circunscritas às condições históricas, subjacentes ao contexto concreto da realidade na qual se engendram e se manifestam os fenômenos e as condições históricas reais. A realidade e os fatos, se mostram à medida que se manifestam à, dando à luz sua existência, que não é nem anterior, nem posterior ao pensamento, mas ocorre em ato. Dito de outro modo, a realidade manifesta-se dando à luz a consciência, que interroga para propor, na e como a realidade, um modo de ser e existir.

Chauí (2000) ao refletir sobre a atitude crítica, demonstra que “a primeira característica da atitude filosófica é negativa, isto é, um dizer não ao senso comum, aos pré-conceitos, aos pré-juízos, aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que ‘todo mundo diz e pensa’, ao estabelecido” (*Ibidem*, p.9 grifos da autora). Para a autora a segunda atitude seria positiva,

isto é, uma interrogação sobre **o que são** as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o porquê disso tudo e de nós, e uma interrogação sobre como tudo isso é assim e não de outra maneira. O que é? Por que é? Como é? Essas são as indagações fundamentais da atitude filosófica (*Ibidem*, grifos da autora).

Essa atitude é por definição investigativa e não toma por pronta e acabada as ideias ou conceitos. A atitude filosófica é mais do que questionar a realidade, é lançar o olhar com vistas a problematizar o real e tencionar o seu sentido historicamente instituído. Nos permitindo afirmar que “os conceitos filosóficos são a expressão elaborada não do que se pensa sobre a realidade – ou do que pensa uma individualidade genial – mas daquilo que a realidade de fato permite que, de direito, se pense sobre ela” (Ulhôa, 1997, p.18). Concordamos com o autor quando demonstra que filosofia e história constituem uma totalidade, fazendo com que o discurso filosófico tenha como premissa fundamental revelar a realidade,

mostrando **o que ela é** sob a aparência das representações, o que implica, em última análise, que lhe compete denunciar as formações ingênuas ou falsas de representação dessa realidade, e, conseqüentemente, autojustificar-se, vale dizer, fundamentar sua própria verdade através de uma ordem de razões convincente – e é nisso que reside sua radicalidade (*Ibidem*, p.19 grifo nosso).

Para o autor, a verdade “do discurso filosófico é de ordem ontológica e não ética”¹, mesmo que o discurso filosófico guarde uma dimensão de idealidade, seu compromisso maior seria com a verdade², a forma de ser do ente em sua realidade. Qual seria essa forma de ser do ente? Sua forma é como o mesmo se revela? E como ele se revela? Essas são questões que deixaremos para que o leitor inclusive pense conosco. Armijos Palácios (2004), demonstra que a tradição grega já nos ensinou e ensina como se deve filosofar, segundo o autor, isso ocorre por meio da argumentação, e não da releitura. Deste modo, fica evidente que o exercício de reflexão filosófica, não pode ser apenas uma reafirmação do que o autor X ou Y afirma, o que faz com que,

a leitura do discurso filosófico, por conseguinte, deve visar, por parte do leitor, através da textura conceitual do sistema, ao reencontro das estruturas da realidade social global ou da realidade histórica que define a situação epistemológica própria do filósofo lido e, conseqüentemente, marca os limites próprios de ‘seu’ discurso dentro das coordenadas que assimilam os limites do discurso possível, ou seja, do que poderia ter sido pensado e dito nas circunstâncias do autor (Ulhôa 1997, p.19).

¹ *Ibidem*.

² Fernandes (2020, p. 112) mostra que “para os gregos a verdade [...] respectivamente, o caráter de ser descobridor do empenho humano, se rege pelo modo de ser do real [...] verdade é, antes de tudo, manifestatividade das coisas mesmas”. O caráter da verdade está íntimo ao ente, e em seu desvelar-se.

A partir de tais argumentos é possível inferir que os autores e os escritores não podem ser lidos como se suas afirmações, conclusões ou hipóteses, fossem verdades inquestionáveis, isentas de erros, possíveis lacunas ou equívocos. O interesse fundamental de uma leitura deve ser o de questionar, “à luz de critérios inerentes a perspectiva filosófica [...] de como e por que o discurso sob análise foi engendrado [...] a ‘falha’ de um discurso não é, pois, uma falha, mas o que autentica esse discurso enquanto tal” (*Ibidem*, p. 20). Deste modo, — ler não é apenas desvelar as falhas —, é buscar a gênese que engendra as falhas e, buscar a gênese para desvelar, não é descrever, mas é traduzir em um sistema coerente de ideias, conceitos e elementos do real.

Desse modo, o trabalho do leitor é, sobretudo, assumir essa atitude radical e procurar ir além do texto, encontrar a gênese de suas falhas e também questionar a sua própria leitura (Ulhôa, 1997). A leitura filosófica é, portanto, uma leitura que não se fecha no próprio texto, mas se estende indefinidamente para se questionar o que está posto e os fatores que condicionam essa mesma realidade, possibilitando mais do que uma releitura, outra visão do real, uma visão para além da aparência.

Nesse sentido, é válido destacar a importância dos clássicos, textos que fundamentam bases epistemológicas sólidas e subsidiam a elaboração de uma atitude crítica frente a leitura, sendo fios condutores de investigações filosóficas, para que então se possa questionar a realidade de modo crítico. O clássico não é o velho, é antes aquilo que se mantém vivo, pungente a cada leitura, donde se é possível redescobrir novas faces de um clássico a cada leitura.

Assim, nesse movimento de contínua descoberta constitui-se um olhar crítico da realidade, “isso acontece pelo menos com aquelas pessoas que se consideram ‘grandes leitores’; não vale para a juventude, idade em que o encontro com o mundo e com os clássicos como parte do mundo vale exatamente enquanto primeiro encontro. (Calvino 1993, p. 9). Tal afirmação, no entanto, não retira a importância do primeiro encontro com o texto, mas reforça que cada leitura tem suas peculiaridades. O primeiro contato é sim muito importante, pois nele configuram-se algumas definições daquilo que o leitor carregará como visão a respeito da própria obra.

Agora nos deparamos novamente com a atitude filosófica, pois se a primeira leitura se revela insuficiente para uma reflexão crítica e sólida, é necessário que adotemos a atitude mencionada por Chauí (2000), de duvidar, de pôr em questão o que o texto nos diz, e então “tomar o texto não como realidade absoluta e acabada, mas como veículo de

penetração no contexto que lhe dá sentido e constitui as condições em que se engendrou a filosofia encarnada no texto” (Ulhôa 1997, p. 22). O texto não pode ser tomado como um fim em si, pois nos aprisionaria “numa forma traiçoeira de empirismo” (*Ibidem*, p. 22). Todo texto que se pretende filosófico, ou forma de expressão cultural, bem como a arte³, está imersa em um contexto histórico-geográfico constituído por múltiplas variáveis, contradições, tensões em que o texto foi escrito e isso não pode ser desconsiderado pelo leitor ou pesquisador.

Partindo desta premissa, adotando a atitude filosófica como norteadora durante o movimento de leitura, é possível reconhecer o elemento clássico de cada texto, cada texto clássico, “aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram” (Calvino 1993, p. 11). Os clássicos são textos que suscitam uma atitude filosófica pelas marcas que carregam em si e pelo que representam inseridos no universo cultural no qual se edificaram. Esse elemento, em meio a outras realidades, é o que atribui ao clássico sua especificidade, sua inesgotável fonte de questionemos, sua pungência e vivacidade. Clássico é aquilo que se mantém, que não se doa ou aparece por completo, pois se perfaz, se desdobra, acompanhando o fluxo dialético da realidade. Assim, numa reflexão filosófica,

a certeza, portanto, é uma incógnita, no terreno da leitura. Não existe leitura definitiva, e todo o trabalho de explicação de um texto filosófico é sempre uma nova proposta, ou seja, um novo esforço que tenta revelar alguma faceta, até então não salientada, do pensamento filosófico que nos é canalizado através do texto (Ulhôa 1997, p. 22).

Cada nova leitura deve ser uma doação completa, deve ser um novo exercício de diálogo e reflexão com o texto, buscando penetrar em seu sentido, talvez “porque uma leitura por rigorosa que seja jamais consegue esgotar, com relação a um filósofo, o campo das possibilidades de novas explicações?” (*Ibidem*, p.23). Talvez por que ler seja mais que simplesmente, decodificar, a leitura é uma *Práxis*⁴, é um contínuo movimento de

³ Citamos o exemplo da arte neste ponto, por ser algo evidenciado por Ulhôa (1997) em um trecho de seu texto, a intenção não se pauta neste momento em elencar uma discussão sobre o caráter da arte, mas de analogicamente compreender como as condições subjacentes à obra em si, revelam-se como pontos elementares para uma possível compreensão mais próxima de sua totalidade. O texto é uma totalidade, mas só podemos compreendê-lo, porque este situa-se em um contexto histórico social singular. O que nos leva a considerar, que para compreender de forma plena um escrito, ou texto filosófico, não podemos negligenciar os fatos e condições históricas as quais foi escrito.

⁴ Ao afirmarmos que a leitura é uma *Práxis*, evidenciamos que o ato de ler não se define apenas como uma atividade mecânica, mas exige uma conjugação e um constante movimento de indissociabilidade entre o

desvelar o real, em busca de descobrir seu sentido mais profundo, suas faltas e acepções, a leitura implica uma vivência carregada de sentido. Ler é mergulhar nas palavras do autor, é argumentar com alguém que se faz presente de maneira virtual, em um texto que se fez vivo. Deste modo, cada leitura se expande.

Isso vale tanto para os clássicos antigos quanto para os modernos. Se leio a *Odisséia*, leio o texto de Homero, mas não posso esquecer tudo aquilo que as aventuras de Ulisses passaram a significar durante os séculos e não posso deixar de perguntar-me se tais significados estavam implícitos no texto ou se são incrustações, deformações ou dilatações (Calvino 1993, p. 11).

Por assim dizer, é estabelecer contato com a obra e alcançar seu sentido. “Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos” (*Idem*, 1993, p. 12). O aspecto clássico se apresenta como aquele elemento persistente que se reencarna a cada nova leitura, fazendo com que “as leituras se multiplicam e a curiosidade que nos leva a debruçar sobre nosso passado parece não ter fim” (Ulhôa 1997, p. 24). O que a reflexão filosófica nos mostra, é que, se deixar guiar pelo contato com a obra, não é um simples vaguear pelo texto, mas é antes de tudo, estabelecer um vínculo com a obra, não para concordar com tudo o que o autor apresenta, mas para que no diálogo com o texto, que se fez vivo, possa-se questionar e indagar o sentido da realidade posta, no caso, o campo da educação.

A tarefa do leitor de filosofia, de acordo com Ulhôa (1997), consiste no exercício intelectual realizado a partir do rigor epistemológico. Algo imprescindível, também, ao leitor-pesquisador, que pretender refletir sobre o texto de forma investigativa. Conforme o autor, este exercício de investigação filosófica, consiste em eleger alguém consagrado pela tradição e submeter seus escritos a “uma análise tanto quanto possível rigorosa, para explicar o que esses textos propõem ou supõem. [...] Embora cada leitura possa ser uma novidade, nem toda leitura representa inovação na produção cultural de uma época” (*Ibidem*, p. 25-26). Para o autor é preciso duvidar da intelectualidade de uma época, colocá-la sob suspeita no sentido de “decifrar a própria contemporaneidade” (*Ibidem*, p. 26). Parte-se do presente para investigar o passado, e assim retomar novamente ao presente no sentido de questioná-lo.

conhecimento prático e o teórico, ganhando contornos mais específicos e definidos por meio da compreensão de que a própria ação humana não se define por meio de uma visão relativista da realidade.

Um trabalho de leitura, enquanto volta sobre o passado, não pode se esquecer de que ‘voltar’ é sempre a atitude que implica tomar como ponto de partida o presente. O leitor não se desenraíza de suas próprias circunstâncias e quando se volta para o passado não faz para volatilizá-las e nem para tomar o passado como ‘coisa em si’, que não mantivesse com ele, leitor, qualquer vínculo significativo ou valorativo (*Ibidem*, p.26).

Trata-se novamente de uma atitude de indagar “perguntar o que a coisa, ou o valor, ou a ideia[...]. A Filosofia pergunta qual é a realidade ou natureza e qual é a significação de alguma coisa, não importa qual” (Chauí, 2000, p. 11). O exercício de leitura filosófica consiste em apreender o texto em seu movimento, é também autocrítico, o que pressupõe, de certo modo, um nível de autonomia durante uma investigação, da busca do saber sobre determinado objeto de estudo. Desse modo, a pesquisa que se realiza por meio da reflexão histórico-filosófica, sobretudo, põe em questão, teses e considerações de autores consagrados, ou clássicos, de modo a tencionar as premissas fundantes de um texto, buscando verificar por meio de uma série de indagações a sustentação das bases que fundamentam as ideias encarnadas nele. A reflexão filosófica se abre como possibilidade de compreensão teórico-conceitual dos nexos constitutivos do passado e do presente de cada objeto investigado. É, portanto, um caminho que se mostra fundamental e imprescindível na pesquisa em educação.

Desafios contemporâneos e possibilidades na pesquisa em educação

Esperamos contribuir com a área da educação no sentido de pôr em questão a investigação histórico-filosófica. Ela é, sumariamente, um exercício de filosofar com e pelo texto, o reconhecendo como criação humana edificada em um contexto histórico singular, pois cada texto tem suas limitações e em uma leitura, na qual se pretende ultrapassar este texto, é basilar que saibamos reconhecer suas faltas. A reflexão não é um simples ato de se pensar sobre o dito, é antes um questionar o que foi dito e com qual finalidade foi pronunciado ou desferido certo discurso. Como mostra Coêlho (2012), a reflexão, o trabalho intelectual, quer dizer, a pesquisa em educação deve provocar o leitor a pensar o que não foi pensado, a dizer o que não foi dito e a ver o que ainda não foi visto. É essa visão crítica que se espera vivenciar ao assumir a reflexão filosófica como caminho para o trabalho de desvelamento do objeto de estudo no campo da educação. Esse desvelamento supõe, sobretudo, reconhecer a dimensão política da educação, quer dizer, reconhecer a impossibilidade da neutralidade na pesquisa.

Compreendemos que assumir a filosofia ou a reflexão filosófica como algo exequível não é tarefa fácil, exige esforço, disciplina e solidez. É imprescindível que já se tenha a atitude de curiosidade e de incerteza frente aos conceitos já estabelecidos. Deve-se suspender os pré-conceitos e buscar compreender o texto pelo seu cerne, pelo dito e pelo silenciado, pelas lacunas e, a partir daí, questionar o que o caracteriza. A reflexão filosófica é trabalho do pensamento que se dedica à compreensão do real, portanto, é busca pelo desvelamento desse real que se apresenta pronto e acabado.

Alguns, atribuem certa superioridade à língua grega, como se ela guardasse algum privilégio para se fazer filosofia, mas para Armijos Palácios (2004) não se trata de uma superioridade linguística, mas sim de uma inferioridade autoinfligida, como se não fosse possível filosofar em outra língua além do grego.

Dizer que a língua grega é superior às nossas línguas porque nas nossas não conseguimos dizer as coisas que os gregos diziam, ou como os gregos as diziam, é pôr o carro na frente dos bois. Se fosse a língua que determinasse a possibilidade a impossibilidade de refletirmos filosoficamente, por que então os gregos contemporâneos não filosofam? (*Ibidem*, p. 12).

Para este autor, a questão não é de fato uma limitação da língua, mas é antes uma atitude de inferioridade que acarreta tal prejuízo. É possível filosofar se formos provocados a pensar de maneira autônoma e não simplesmente repetindo um discurso existente. E, “Se não fazemos filosofia, não é penso por uma inferioridade metafísica da nossa língua em relação à dos gregos clássicos, mas devido a nossa escassa autoestima filosófica[...]" (*Ibidem*, p. 14). Mas não seria somente esse sentimento de inferioridade o único responsável por tornar o exercício de reflexão filosófica uma tarefa tão complexa. O autor critica o academicismo e afirma que ele pode ser uma barreira ao exercício da reflexão filosófica. O academicismo ou culto extremo à tradição, uma vez que está associado ao tecnicismo, à instrumentalização, dispensa a leitura rigorosa no sentido discutido neste artigo, bem como o trabalho intelectual no sentido autoral, investigativo, crítico, enfim, despreza a apreensão do real a partir dos nexos que lhe são constitutivos.

É esse exercício autoral e reflexão crítica, que julgamos serem fundamentais em na pesquisa na área da educação, por se tratar de uma realidade complexa. Metodologias fundamentadas no Positivismo, dificilmente passam do nível da aparência no que concerne ao campo da educação e isso ocorre porque, esse tipo de pesquisa, de modo

recorrente, ignora que as questões, no campo da educação, são essencialmente questões filosóficas, antes de serem científicas. Assim, é fundamental entender e reconhecer que

todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas acreditam na existência da verdade, de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, na tecnologia como aplicação prática de teorias, na racionalidade dos conhecimentos, porque podem ser corrigidos e aperfeiçoados. Verdade, pensamento, procedimentos especiais para conhecer fatos, relação entre teoria e prática, correção e acúmulo de saberes: tudo isso não é ciência, são questões filosóficas. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula e busca respostas para elas (Chauí, 2000, p. 11).

Seria surpreendente, partir de autênticas questões filosóficas para questionar o conhecimento científico, não de modo a negar a ciência, mas buscando tencionar o propósito da produção mesma do saber. Nesse sentido, algumas indagações nos parecem propositivas, como por exemplo: um saber que é informado, produzido e sistematizado na sociedade capitalista seria realmente neutro? É possível falar em neutralidade de conhecimento científico no campo da pesquisa? Assim, pôr em debate a questão da neutralidade científica nos parece um exercício fecundo e relevante se considerarmos a presente proposta de reflexão filosófica na pesquisa em educação.

Salientamos, ainda, que a premissa fundamental da filosofia, de acordo com Chauí (2000, p.12) é justamente a reflexão “radical porque é um movimento de volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se a si mesmo, para indagar como é possível o próprio pensamento” Falamos em reflexão como trabalho do pensamento, como exercício de questionar, de buscar o sentido e a realidade daquilo que se investiga, ou seja, um retorno as questões centrais da filosofia: *o que é? E como é?* Na esteira desta premissa, Armijos Palácios (2004) critica a submissão à estrutura vigente e afirma que seria uma negação e uma desonra à tradição clássica da filosofia grega. Para o autor é preciso, saber olhar para a tradição e perceber como ela ensina e não apenas repeti-la. A instrumentalidade e o tecnicismo acadêmico, dificultam e em certos casos impedem

que seja feito o que os gregos faziam: usar a língua para filosofar, sem ter de pedir autorização aos donos do saber, sem ter de fornecer bibliografias intermináveis que satisfaçam aos doutos ignorantes que ensinam mal o que não conseguem fazer bem. Assim enquanto os especialistas os não-filósofos, controlarem a produção e a difusão de ideias, aqui no Brasil, não existirá filosofia como existe música arte e até ciência e tecnologia brasileiras (Idem 2004, p. 19).

Poderíamos discutir sobre a produção do conhecimento científico apartada da questão filosófica, mas seria algo esvaziado de sentido, pois como já demonstraram Chauí (2000), Armijos Palácios (2004), Ulhôa (1997) e Calvino (1993), dentre outros, o pensamento filosófico é a base do conhecimento científico. E, sabendo que o conhecimento científico é trabalho humano, portanto, passível de interrogação, mas uma interrogação sólida e fundamentada, também de maneira filosófica e científica, caso contrário seriam apenas concatenações vazias.

Segundo Armijos Palácios (2004), podemos aprender a filosofar com textos filosóficos e a melhor forma de se apreender a filosofar é justamente filosofando. “Avaliando a solução de diferentes problemas que enfrentaram os diversos filósofos, avaliando e discutindo com os textos como quem discute com um interlocutor qualquer, numa palavra, tornando o texto um interlocutor” (*Ibidem*, p. 31). Tornar o texto como um interlocutor é ir além de barreiras postas pelo academicismo, é exercer autonomia e, portanto, buscar realizar uma reflexão crítica. Faz-se necessário considerarmos o contexto histórico-geográfico, no qual culminam os fatos, como pano de fundo para refletir, não esquecendo de – lançar o olhar da filosofia sobre a história –, nisto é que consiste a metodologia de investigação histórico-filosófica.

A fidelidade ao pensamento filosófico, concordando com Ulhôa (1997), não é apenas de uma leitura rigorosa, mas é como o leitor pode “por meio de um processo empático reviver com ele⁵ o problema em torno do qual foi produzido seu discurso e, na medida do possível aproveitar seu legado na solução de nossos próprios problemas” (*Ibidem*, p.32). Uma leitura filosófica supõe diálogo do leitor com aquele que escreveu o texto, para reavivar o problema sobre a realidade no presente. Assim, “É sempre possível formular uma nova pergunta [...] e é através dessas perguntas que toma corpo e se revela a história” (*Ibidem*, p.33). O rigor na leitura não elimina a possibilidade de outros perfis, as leituras são modalidades de aproximação do objeto de conhecimento histórico, no sentido de constituir uma relação com o texto que “seja inteiramente fiel ao pensamento filosófico de uma época, pois este, enquanto fenômeno social, é mais amplo do que as formas objetivas de expressão” (*Ibidem*, p. 34). E ser fiel, de acordo com Ulhôa (1997) não é aprisionar-se ao texto, mas é compreender o sentido com o qual ele foi produzido.

⁵ O “ele”, remete no contexto da citação ao texto e a autoria nele impressa, que é o autor encarnado, sendo de grande valia que compreendamos o texto como expressão viva e sistemática de ideias, que procura a todo momento comunicar.

A problematização, que marca uma atitude de interrogação, é ponto central e ao mesmo tempo um desafio e, como afirma o autor, um traço fundamental da atitude filosófica é a desconfiança, a dúvida. Para o filósofo a questão central são os fundamentos, ou seja, onde de fato o problema surge, se faz necessário ir à gênese. Ulhôa (1997, p. 38) adverte-nos “que o objetivo intencional do pesquisador, no caso da leitura, não é o passado, mas o presente. É nesse presente que o leitor afronta os problemas que a realidade desvela, na prática, e é nele que a intenção filosófica própria de sua atitude tende a preencher-se”. Deste modo, o passado se faz presente para o pesquisador, como fonte de interrogação do presente, ele nos traz ao presente para podermos entender e questionar a contemporaneidade.

Se é possível aprender filosofia com os textos, eis aqui novamente a pertinência de citar os clássicos como textos que não estão circunscritos à tradição, mas que se catapultam adiante na história, se mantendo ardentes em suas discussões, como já chamamos atenção anteriormente. Suas defesas e questões revelam-se estar além de barreiras temporais. A leitura destes textos supõe uma experiência espiritual não linear e não cronológica, pois a investigação filosófica necessita de tempo, de reflexão e ócio. O tempo e a leitura são fatores capilares no exercício da reflexão histórica. Ulhôa (1997, p. 38) lembra que refletir sobre a história já é exercício filosófico, pois “se o conhecimento histórico da filosofia é já uma modalidade de filosofar, a atitude que persegue esse conhecimento não pode ser outra senão a filosófica”.

Talvez um de nossos maiores desafios hoje, para compreender a reflexão histórica e filosófica como caminho da pesquisa, seja, como afirma Chauí (2000, p.10) porque “em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática, muito visível e de utilidade imediata”. Isso faz com que coisas, como o pensamento reflexivo e a crítica, que não têm uma finalidade imediata, fiquem relegados ao segundo plano. Para a autora, devemos assumir que “o trabalho das ciências pressupõe, como condição, o trabalho da Filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo. No entanto, como apenas os cientistas e filósofos sabem disso, o senso comum continua afirmando que a Filosofia não serve para nada” (*Ibidem*, p.11). A filosofia fundamenta o pensamento científico sendo condição *sine qua non* para a elaboração do próprio conhecimento. Nesse sentido, nada mais útil do que a filosofia.

A utilidade paradoxal à qual me refiro não é aquela em nome da qual os saberes humanísticos e, de modo mais geral, todos os saberes que não trazem lucro são considerados inúteis. Numa acepção muito mais universal, coloco no centro das minhas reflexões a ideia da utilidade daqueles saberes cujo valor essencial está completamente desvinculado de qualquer fim utilitarista (Ordine 2016. p.7)

Deste modo, como possibilidade metodológica na pesquisa no campo da educação, a investigação histórico-filosófica, não almeja a formulação de resultados prontos ou soluções simplistas, pontuais, antes, busca tencionar, gerar discussões e pôr em questão. Esse é o cerne da atividade filosófica, ser indagadora e crítica. Mas a crítica não é uma desconstrução esvaziada, criticar é gerar crise, mudança, pois em meio à crise é que se torna possível chegar aos fundamentos.

Nesse contexto brutal, a utilidade dos saberes inúteis contrapõe-se radicalmente à utilidade dominante que, em nome de um interesse exclusivamente econômico, está progressivamente matando a memória do passado, as disciplinas humanísticas, as línguas clássicas, a educação, a livre pesquisa, a fantasia, a arte, o pensamento crítico e o horizonte civil que deveria inspirar toda atividade humana (Ordine 2016. p. 9).

Para o autor, este tipo de saber é que desafia a lógica do utilitarismo, pois pode ser compartilhado sem provocar o empobrecimento e, se não compreendermos a utilidade do inútil, não compreendermos a utilidade da arte, da filosofia e, portanto, do próprio ser humano. “Precisamos do inútil como precisamos das funções vitais essenciais para viver [...] E nas dobras daquelas atividades consideradas supérfluas, que de fato, podemos encontrar o estímulo para pensar um mundo melhor [...]” (*Ibidem.* p. 13). O reconhecimento da importância do pensamento filosófico, pressupõe compreender que uma característica fundamental do humano é pensar e questionar o mundo e a si, o que parece não ter um fim utilitário, mas é o que nos permite e permitiu criar tanto a ciência, como inúmeras outras criações humanas, desde a roda à inteligência artificial. Conforme o autor,

é preciso compreender que exatamente aquelas atividades que não servem para nada podem nos ajudar a escapar da prisão, a salvar-nos da asfixia, a transformar uma vida superficial, uma não vida, numa vida fluida e dinâmica, numa vida orientada pela *curiositas* em relação ao espírito e às *coisas humanas* (*Ibidem*, p. 13).

Ainda há muito o que se discutir, sobre uma atividade de pesquisa que seja propriamente, ou intrinsecamente pertinente à área da educação, mas como já pudemos

perceber, o saber filosófico é parte fundante para a construção do conhecimento científico, nesse sentido, seria razoável considerar uma metodologia ancorada na filosofia, não como disciplina, mas como ato de pensar, de refletir e de argumentar. A premissa básica é firmar a produção do conhecimento, para que o mesmo não se torne “verbalismo oco e inautêntico” (Duarte 1981, p.62). Um dos maiores desafios da pesquisa em educação é que ela seja capaz de apreender as especificidades, nexos e contradições constitutivas dessa área do conhecimento. Nos empenhamos para que este texto seja ao menos, uma centelha para incitar reflexões sobre o tema em questão.

Considerações finais

É importante lembrar que as críticas tecidas ao academicismo, não buscam deslegitimar o lugar da academia como instituição promotora de conhecimento. A crítica se direciona a repetição exagerada e mecânica, que tende a ocasionar um empobrecimento da própria autoria e criação do trabalho intelectual. Deste modo, a escrita de um texto que seja orientada por uma bibliografia pré-estabelecida e engessada em moldes extremamente rígidos, poderia apenas legitimar um viés pré-estabelecido também.

Pôr em questão o modo de investigação histórico-filosófico, num certo sentido, é resgatar algo que a muito tempo parece ter se perdido nas pesquisas, como por exemplo, a contradição e a dúvida. A reflexão filosófica deve propiciar, sobretudo, a inquietação sobre o instituído, sobre aquilo que se apresenta como fixo e acabado. Procuramos trazer à memória o fato de que, no campo da educação, a pesquisa não pode desconsiderar a dimensão política da educação e que ela é perpassada pelo movimento histórico. A neutralidade é um discurso falso e oco que está à espreita daqueles que buscam compreender o real.

A pretensão do presente estudo não foi a defesa de que a investigação histórico-filosófica seja um lastro definitivo e o único para se pensar a pesquisa em educação, mas sim um caminho que se abre ao pensamento crítico e à reflexão. Por isso, este texto é um ponto de partida que busca pôr no centro do debate acadêmico, elementos filosóficos e lançar a lente da filosofia sobre a história, de modo a investigar o passado partindo do presente, outra característica marcante da reflexão filosófica.

Intentamos, também, evidenciar aspectos constitutivos que caracterizam o pensar filosófico e a leitura filosófica, partindo dessa mesma leitura como uma leitura rigorosa, que permite a elaboração de um texto acadêmico e científico. A leitura, por meio

da investigação histórico-filosófica, volta-se sobre um exercício de escrita, que intuitivamente deve ser tão rigoroso quanto a investigação previamente estabelecida. Deste modo, pressupõe-se que a investigação seja condição *sine qua non* para o exercício da escrita, entendida como uma elaboração autoral, crítica e indagadora, deve ir além da bibliografia na qual se âncora e não ser apenas uma releitura.

Referências

ARMIJOS PALÁCIOS, Gonçalo. **De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio**. 120p. Editora UFG, Goiânia, 2004.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos?** Companhia das letras, São Paulo, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Escritos sobre o sentido da escola. *In: Escritos sobre o sentido da escola*. (Org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

DUARTE, Júnior João-Francisco. **Fundamentos estéticos da educação**. São Paulo, 1981.

FERNANDES, Marcos Aurélio. Paideia filosófica, formação intelectual e verdade: em questão a educação contemporânea realizada na ótica da ciência e da técnica. *In: GALLO, Silvio et al. O pensar filosófico, a cultura e a formação humana*. Campinas: Mercado das Letras, 2020. p. 93-144.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**. Trad. Luiz Carlos Bombassaro, Rio de Janeiro, 2016.

ULHÔA, de Joel Pimentel. **Reflexões sobre a leitura em filosofia**. Goiânia: Editora UFG, 1997.